

Atividade de extensão

[Imprimir](#)

Programa: 23112.012962/2023-44 – Tecnologias e inovações sociais voltadas a comunidades em situação de vulnerabilidade rurais e urbanas	
Nº. processo: —	Nº. processo anterior: Não
Nº. processo referência SEI: —	
Título da Atividade: Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	

Coordenador: Djalma Ribeiro Junior	
Sector do coordenador: ProACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis	
Ingresso na universidade: 25/10/2004	Cargo: TÉCNICO DE LABORATORIO ÁREA
Titulação do coordenador: Doutorado	

Sector responsável: ProACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis	
Abrangência na UFSCar: Interunidade	
Início da atividade: 20/12/2024	Término da atividade: 23/12/2025
Outros setores envolvidos: CCN	
Linha programática: Gestão de Recursos Naturais "Desenvolvimento integrado tendo como base práticas sustentáveis."	
Grande Área: (Classificação CNPQ) Ciências Agrárias	
Área Temática principal: Direitos Humanos e Justiça	Área Temática secundária: Meio Ambiente
ODS Principal (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): Água potável e saneamento	ODS Secundário (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): Fome zero e agricultura sustentável
Tipo de atividade: Projeto	Subtipo de atividade: -
Resumo: Este projeto de extensão, resultado de uma parceria entre a UFSCar e o Ministério dos Povos Indígenas, visa implementar ações da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas	

(PNGATI), com foco nas Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, em São Paulo. Financiado com R\$ 3.000.000,00, o projeto busca soluções de curto, médio e longo prazo para o acesso à água, segurança alimentar, soberania e geração de renda, através do uso sustentável dos recursos naturais, com especial atenção no plano de médio/longo prazo com a colaboração no levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas e também o estudo de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e meliponicultura em áreas das Terras Indígenas. A iniciativa promove o diálogo entre a comunidade acadêmica e as comunidades indígenas, alinhando conhecimentos científicos com responsabilidade social. O objetivo é garantir os direitos fundamentais dos povos indígenas e desenvolver um modelo replicável de políticas públicas, fortalecendo o papel das juventudes indígenas e não indígenas na construção do "bem viver". Dado o objeto da parceria com o Ministério dos Povos Indígenas, no âmbito deste projeto piloto que prevê ações de acesso à água, de restauração, de plantio, de meliponicultura, de artesanato, os bens adquiridos, durante a execução do projeto e após o encerramento do mesmo, deverão ser fixados junto às comunidades atendidas: as Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, a fim de se manter e de se ampliar a autonomia das duas comunidades em torno da segurança hídrica, alimentar, cultural e territorial.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Soberania Alimentar; Direitos Indígenas; PNGATI

Público Alvo:

Comunidades indígenas das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá; estudantes indígenas matriculadas/os na UFSCar

Previsão de público / Entidade alvo:

1500

Previsão do número de exames, perícias e laudos realizados em laboratórios / depto:

—

Comunidade Atingida:

Interna e externa

Parceria Externa:

Órgãos Públicos (Ministério dos Povos Indígenas)

Tipo de Financiamento:

Órgãos Públicos

Recurso:

ProEx: 0.00 - Externos: 3,000,000.00

Palavras-chave:

1 - "Sustentabilidade", 2 - "Direitos Indígenas" e 3 - "PNGATI"

Local da atividade:

Fora da UFSCar - Terras Indígenas Tenondé Porã, situada em São Bernardo do Campo e Terra Indígena Jaraguá, situada em São Paulo.

Informações complementares:**Informações para contato:**

djalmajr@ufscar.br

Status:

em tramitação - 10/12/2024

Data da Aprovação:

-

Detalhamento

Apresentação e justificativas:**APRESENTAÇÃO**

O presente projeto de extensão faz parte de uma parceria estabelecida entre a UFSCar e o Ministério dos Povos Indígenas com vista a operacionalizar, em conjunto com as Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, ações previstas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7.747/2012. O projeto também contará com financiamento, via emenda parlamentar do mandato do Deputado Federal Ivan Valente, no montante de R\$ 3.000.000,00.

Esta parceria, de forma mais específica, permitirá a UFSCar, em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas e as comunidades das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, situadas no Estado de São Paulo, em caráter de projeto piloto experimental que possa ser replicado enquanto política pública, buscar soluções para o acesso à água, segurança e soberania alimentar, além da geração de renda com uso sustentável dos recursos naturais, lançando mão do envolvimento e diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade indígena, atrelando os conhecimentos científicos com a responsabilidade social. Junto com estas iniciativas, pretende-se, também, colaborar com levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas e também com o estudo de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e meliponicultura em áreas das Terras Indígenas, conforme demandado pelas próprias comunidades.

O acesso à água, segurança e soberania alimentar e geração de renda com uso sustentável dos recursos naturais são condições basilares de uma vida digna, levando-se em conta que privar as comunidades indígenas desses bens é colocar em risco o próprio direito de existir e de construir espaço para a autodeterminação cultural dos povos indígenas.

O levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas (TI) também pode subsidiar uma eventual ação de aquisição de áreas para anexá-las às Terras Indígenas como uma “zona de amortecimento” para proteção ambiental e sociocultural da TI. A perspectiva é que eventuais aquisições de terra, conforme a legislação vigente, venha a colaborar com a incidência de ocupações irregulares por parte de não indígenas, reduzindo, de modo substancial, a vulnerabilidade territorial. Trata-se de uma estratégia de proteção importante para o médio/longo prazo da TI, para garantir um controle perene dessa região e seu acesso integral à Terra Indígena.

O estudo de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e em áreas das Terras Indígenas pode subsidiar futuras ações de remoção de monocultivos de espécies arbóreas exóticas/invasoras em áreas dentro da TI, com o melhor custo-benefício possível, isto é, garantir que a venda das madeiras pague tanto o processo de remoção das árvores, como a restauração florestal da área e as iniciativas da meliponicultura. Foram identificados nos etnomapeamentos diversas áreas na TI, já em posse exclusiva dos Guarani, com plantio adensado de pinus ou eucalipto.

Unir a universidade, o poder público e a sociedade nesta tarefa, permitirá atrelar a ciência e a transformação social, com vistas à consolidação de políticas públicas que garantam os direitos dos povos indígenas. A realização deste projeto de extensão também pode colaborar com a construção de um modelo para o PNGATI que possa ser replicado, posteriormente, em outras comunidades indígenas, onde o fortalecimento das juventudes indígenas e não indígenas dentro e fora da universidade no tripé acadêmico pode ser um motor de revolução simbólica na luta e na causa indígena para a construção do bem viver.

JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foi fundada em 1968 e, na atualidade possui quatro campi: São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. Se destaca pela sua capacidade de construção de conhecimento com compromisso social.

Desde 2007, a UFSCar institucionalizou o seu Programa de Ações Afirmativas, reforçando o compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior de grupos sociais historicamente sub-representados nas universidades públicas.

Há 17 anos a UFSCar mantém, de forma regular, um processo de ingresso específico para estudantes indígenas, reservando uma vaga em cada um dos cursos de graduação da universidade. A busca pela universidade por jovens indígenas envolve não só a melhoria da qualidade de vida pessoal como também de todo o seu povo, contribuindo para a manutenção de sua cultura e de seus direitos (Silva et al., 2021).

Toda esta experiência tem contribuído para um diálogo bastante profícuo no campo do ensino, da pesquisa e da extensão abordando a temática indígena em diversas áreas do conhecimento, contando com a presença indígena para que os conhecimentos científicos e dos povos indígenas se articulem com vista a construir uma sociedade mais inclusiva e que caminhe, assim, nas conquistas e na garantia de direitos dos povos indígenas.

Desde 2007 a UFSCar já recebeu estudantes pertencentes a mais de sessenta povos indígenas de todas as regiões do Brasil (Silva et al., 2021).

Diante deste cenário, esse projeto pode envolver o acúmulo de saberes e experiências com estudantes indígenas também envolvidos, de maneira que possam contribuir com os parentes de outras etnias em São Paulo, bem como possam acumular conhecimentos que podem ser replicados em projetos nas comunidades, além de estimular jovens envolvidos nos territórios atendidos de maneira que possam vislumbrar o ingresso na universidade como possibilidade de construir outros saberes que possam também ser importantes para o futuro da comunidade. Ao se pensar no futuro honra-se o passado de dezenas de

povos indígenas diferentes que já ocuparam o território paulista e seus limites, tais como Tupiniquins, Tupinambás, Guaianás e Maromomins, bem como os que ainda resistem, como os Guaranis e os Kaingangs (Silva et al., 2021).

O envolvimento de estudantes de povos originários no desenvolvimento de projetos em Territórios Indígenas contribui tanto para o desenvolvimento dos projetos em si, quanto do ponto de vista do processo formativo destes próprios indígenas estudantes. No desenvolvimento do projeto, o envolvimento apoia-se na máxima do movimento indígena que considera que “nada para eles, sem eles”, que se refere à ideia de que toda ação desenvolvida com povos indígenas requer, de antemão, o diálogo com a comunidade. E, nada melhor do que o diálogo “entre parentes”, como se designam os indígenas de qualquer povo ou comunidade. Neste sentido, a capacitação dos e das estudantes indígenas para a atuação direta na comunidade, sob supervisão de docentes e técnicos da Universidade, será fundamental.

No que tange à formação profissional dos e das estudantes da UFSCar, a busca por campo de estágios e possibilidades de articular os conhecimentos aprendidos na Universidade com as práticas realizadas nos Territórios ajuda na construção de sentido para estes conhecimentos, fortalecendo a permanência na Universidade e possibilitando a construção de habilidades e competências que podem auxiliar no retorno para as suas próprias comunidades, ao término da graduação.

O projeto de extensão proposto comunga dos mesmos princípios previstos no Estatuto da UFSCar, com destaque para: a) o compromisso com uma sociedade democrática, soberana, com participação popular e justiça social; b) promoção de valores democráticos e da cidadania; c) sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

O atual Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar coloca em destaque seu compromisso de se consolidar

Como uma instituição geradora e disseminadora do conhecimento, impulsionando o progresso científico e tecnológico e sendo uma referência na formação de cidadãos democráticos para a transformação e desenvolvimento da sociedade brasileira, por meio da busca constante pela excelência, que seja promotora de mudanças significativas na sociedade, transparente, participativa e inclusiva (UFSCar, 2024).

De maneira a aprofundar ainda mais a inserção da UFSCar nas diferentes realidades territoriais no Estado de São Paulo, em 2012, foi aprovada a criação e implantação do campus Lagoa do Sino, situado no município de Buri, localizado próximo ao km 12 da Rodovia Lauri Simões de Barros (SP-189), a 308 km de São Carlos e a 130 km de Sorocaba. O projeto elaborado para o Campus Lagoa do Sino, considerando as características da região, foi estruturado em três eixos: Desenvolvimento Sustentável Territorial (que significa, em linhas gerais, o compromisso com a realidade regional); Soberania e Segurança Alimentar; e Agricultura Familiar.

A UFSCar possui cursos de graduação e de pós-graduação com foco na formação de profissionais e de pesquisadores na área da gestão ambiental e sustentabilidade, firmando seu compromisso de atuação neste campo. Somam-se a estes processos formativos, grupos de pesquisas e programas e projetos de extensão que visam, também, a gestão ambiental e a sustentabilidade, dialogando os conhecimentos científicos com os conhecimentos tradicionais.

Este breve panorama relatado acima, demonstra o compromisso social da UFSCar em atuar no ensino, na pesquisa e na extensão no campo da gestão ambiental e territorial e sustentabilidade. Neste aspecto, a UFSCar se aproxima da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, a qual tem o seguinte objetivo:

Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, o artigo 2º do mesmo Decreto aponta que são ferramentas de gestão territorial e ambiental de terras indígenas no PNGATI:

I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas;

II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

É nesse contexto que o grupo de extensão e pesquisa intitulado Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI-LS) da UFSCar Campus Lagoa do Sino, o qual atua em duas frentes

principais: inovação e tecnologias para o bem viver e sociologia da vida econômica: atores, redes e instituições, ambas na fronteira entre extensão e pesquisa de maneira a produzir conhecimento que aumente a contribuição para a redução das desigualdades sociais.

O NESEFI-LS criou o Programa de Extensão intitulado “Tecnologias e inovações sociais voltadas a comunidades em situação de vulnerabilidade rurais e urbanas” que têm aderência ao PNGATI, pois o programa tem por objetivo o desenvolvimento de pacotes de tecnologias sociais para problemas de comunidades em situação de vulnerabilidade, especialmente para comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, agricultura familiar e periferia urbana.

Em geral há um conjunto de problemas similares nas aldeias indígenas e outros que são específicos a cada uma delas e, dessa maneira, é necessário construir modelos de solução sociotécnica aliados às “tecnologias espirituais” (PERALTA, 2022) em uma efetiva e horizontal troca de saberes com as comunidades indígenas. Logo, atrelar ensino, pesquisa e extensão a serviço de construções de pacotes conceituais e validação prática dessas soluções é central nesse programa, com foco no uso sustentável dos recursos naturais, segurança alimentar e geração de renda, para que possa servir como projeto piloto que inspire a formulação e replicação de políticas públicas em outros territórios indígenas. É válido lembrar que os povos indígenas têm uma íntima relação com a natureza, o que faz deles importantes conhecedores e protetores dos recursos naturais da humanidade, preservando corpos d’água e toda a biodiversidade associada (Silva et al., 2021).

Dentro do programa, que abarca experiências em São Paulo e Mato Grosso do Sul, tem sido trabalhada a metodologia muito próxima e inspirada no PNGATI como a Aldeia Tekoa Nhanderu Porã, com a instalação de um Conselho Gestor em que a aldeia indígena é a protagonista e deliberativa e as instituições parceiras se colocam a serviço das demandas das comunidades, com ciclos de conversa dialética permanente e reiterado, baseado no conceito de Mbya Arandu que significa em tradução literal “muita gente num só lugar ouvindo o tempo”.

Nesse contexto, as principais demandas das comunidades indígenas têm girado em torno das seguintes questões: acesso a energia elétrica; acesso a água; plantio para segurança alimentar; resgate e preservação da cultura; resgate de sementes crioulas, medicinais e nativas; sistemas agroflorestais indígenas (kokue e kague); turismo étnico de base comunitária; produção e comercialização de artesanatos e bijoias; finanças solidárias; bioconstrução com base nos conhecimentos tradicionais; turismo ecológico; esportes indígenas; dança e contação de histórias baseadas na cultura; resgate da culinária indígena dentre outros.

A soberania e a segurança alimentar em aldeias indígenas envolvem o direito dos povos originários de definir seus próprios sistemas alimentares, respeitando suas tradições, cultura e autonomia. Essas questões estão intimamente ligadas à preservação dos TI, à valorização do conhecimento passado de geração em geração e à garantia de acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficientes. A soberania alimentar pode ser alcançada pelo o uso de sementes crioulas, melhor aproveitamento das matérias-primas disponíveis e valorização da biodiversidade local.

Além disso, a produção de alimentos para os povos indígenas vai além da necessidade de se alimentar e também inclui sua identidade e espiritualidade. Os povos indígenas forneceram muitas contribuições ao preparar boa parte dos alimentos consumidos no Brasil que, até hoje, são utilizados na culinária brasileira.

Já a segurança alimentar é a garantia de que todos tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, respeitando as diversidades culturais. Por outro lado, a insegurança alimentar consiste na negação do direito a uma alimentação nutricionalmente adequada, podendo se apresentar em vários níveis, resultando até mesmo em desnutrição. Para superar os desafios que envolvem o quadro de insegurança alimentar são necessárias políticas públicas que assegurem o acesso a terras, práticas de plantio de alimentos, que permitam o melhor aproveitamento de matérias-primas nativas e promovam a autonomia alimentar. Assim, algumas iniciativas podem ser adotadas para promover condições de segurança e soberania alimentar às aldeias, tais como: educação nutricional, reaproveitamento de resíduos, processamento de farinhas, práticas para aumentar a vida útil dos alimentos, desenvolvimento de produtos como forma de fornecimento de renda, resgate e uso de sementes crioulas e práticas higiênicas sanitárias na produção de alimentos.

Ainda no âmbito desta experiência com a Aldeia Tekoa Nhanderu Porã, foi feita uma articulação para instalação de energia elétrica, a partir do bombeamento e tratamento de água, manutenção de trator para plantio, instalação de canis para alocar os cachorros quando forem realizar as atividades culturais, grafismo e grafite, construção da Oca Indígena para recepção de visitantes, plantio de sementes de milho crioulo e outros cultivares, instalação de câmeras trap para captação do registro de animais da floresta e uso no site da aldeia, realização de eventos de turismo piloto com apoio e captação de recursos por meio de edital Aldir Blanc, que seleciona projetos culturais para recebimento de bolsas de promoção e circulação de ações culturais no formato de oficinas de formação e apoio do Banco Social Indígena Dabucuri, que visa apoiar projetos de gestão territorial e ambiental indígena e que conta com estudantes indígenas e pessoas da aldeia em seu conselho.

Importante uma ressalva para a primazia da escuta profunda e a busca pela compreensão de seus significados na cosmogonia de vários povos indígenas: o cachorro é considerado uma espécie de guardião que enxerga e espanta os maus espíritos e, também, muitas vezes pega alguma moléstia para proteger a comunidade; como a cultura é viva, hoje está muito atrelada ao afeto aos animais e, portanto, era uma dimensão prioritária para eles quando da implantação, onde foi feito o grafismo em homenagem aos animais na alvenaria do que foi construído, com o apoio técnico de uma veterinária nos dimensionamentos, por isso a importância dada para a construção de canis.

Outra dimensão importante, neste processo, é a construção de uma relação profundamente dialógica entre cacique, comunidade e estudantes indígenas da UFSCar, onde os estudantes ajudaram nos mutirões da aldeia e, em solidariedade, a aldeia construiu uma Oca Indígena no Campus da UFSCar Lagoa do Sino. Logo, a estratégia de pertencimento simbólico do coletivo de estudantes indígenas é fundamental para gerar sementes de transformação nas comunidades deles quando do retorno e fortalecer o sentimento de pertencimento no espaço universitário.

Ademais, estamos falando de acesso à água potável - o mais básico dos direitos humanos. Somente a partir do acesso à água é possível a constituição dos demais direitos. Em 28 de julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou a água limpa e segura e o saneamento "um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos" (ONU, 2024).

É com este princípio de garantia de acesso a água que foi criado, em julho de 2023, o Centro de Extensão e Pesquisa em Água e Efluentes (CEPAE) com compromisso com o meio ambiente e a responsabilidade social, duas vertentes que se unem para transformar positivamente a região na área de influência do campus Lagoa do Sino da UFSCar. O CEPAE é um grupo dedicado ao tripé ensino-pesquisa-extensão, impulsionado pela missão de promover melhorias socioambientais por meio da restauração e desenvolvimento de setores ligados ao saneamento e ao meio ambiente, instrumentalizando ciência e inovação como ferramentas poderosas para construir um futuro mais sustentável.

Atualmente, o CEPAE está envolvido nas seguintes ações extensionistas:

Soluções Alternativas e de Baixo Custo para o Tratamento de Esgotos e Reúso da Água em Comunidades Rurais do sudoeste Paulista, sob coordenação do Prof. Jorge Pantoja e em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);

Projeto BebeDouros campus Lagoa do Sino (UFSCar) que visa o monitoramento da qualidade da água do campus para garantir a qualidade de vida da comunidade universitária, sob coordenação da Profa. Beatriz Gonzalez;

Infraestrutura Sanitária em Comunidades de Povos Originários, Tradicionais e de Agricultura Familiar: Técnicas Alternativas de Tratamento de Água e Esgoto, sob coordenação do Prof. Jorge Pantoja.

As atividades relativas à execução do projeto serão registradas em vídeo e/ou fotografias e devidamente descritas em relatórios. Toda a documentação gerada ao longo do projeto, seja no âmbito de sua execução, divulgação ou popularização, será devidamente sistematizada, descrita e disponibilizada em um sistema de informação planejado para esse fim, respeitando os princípios de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas. Serão desenvolvidas estratégias específicas para a gestão dos dados de pesquisa, fundamentadas nos princípios da Ciência Aberta, da Ciência Cidadã e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo a segurança, a privacidade e a proteção das informações pessoais envolvidas.

A operacionalização da execução física e financeira se dará em conjunto com a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI-UFSCar), após parceria firmada entre a UFSCar e o MPI por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

O financiamento das atividades relativas à execução do projeto se dará com recursos de emenda parlamentar destinada pelo mandato do Deputado Federal Ivan Valente para o MPI.

Dado o objeto da parceria com o Ministério dos Povos Indígenas, no âmbito deste projeto piloto que prevê ações de acesso à água, de restauração, de plantio, de meliponicultura, de artesanato, os bens adquiridos, durante a execução do projeto e após o encerramento do mesmo, deverão ser fixados junto às comunidades atendidas: as Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, a fim de se manter e de se ampliar a autonomia das duas comunidades em torno da segurança hídrica, alimentar, cultural e territorial.

Objetivos:

OBJETIVOS GERAIS

O objetivo geral é construir um projeto piloto de política pública tomando por referência a Política Nacional da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), priorizando o acesso a água, segurança e soberania alimentar, resgate cultural, geração de renda, formação e capacitação na troca de saberes indígenas e não indígenas.

O projeto será orientado nesses objetivos gerais pelos seguintes princípios:

Atrair o conhecimento científico com as lutas pela garantia dos direitos dos povos indígenas;
 Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá;
 Contribuir para a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas;
 Contribuir para a formulação, implementação de ações e estratégias no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver modelos de soluções de acesso a água junto às comunidades das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

Elaborar estudos de viabilidade, em conjunto com as comunidades, de ações nas seguintes áreas: plantio para segurança alimentar; resgate de sementes crioulas, medicinais e nativas; sistemas agroflorestais indígenas; turismo étnico e ecológico de base comunitária; produção e comercialização de artesanatos e biojoias; finanças solidárias; bioconstrução com base nos conhecimentos tradicionais; esportes indígenas; ações culturais; promoção do acesso de jovens ao ensino superior.

Colaborar com o levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas;

Elaborar estudos de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal e meliponicultura em áreas das Terras Indígenas.

Outras Informações Pertinentes:

CONTEXTUALIZAÇÃO

Todas estas experiências, brevemente relatadas acima, evidenciam que no âmbito deste projeto de extensão que se estrutura, a parceria da UFSCar com o Ministério dos Povos Indígenas vem na esteira de fortalecer ações conjuntas, visando o acesso a direitos dos povos indígenas, endereçando esforços quer seja no âmbito da política pública, quer seja no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

O diálogo com as comunidades das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá permite aproximar a universidade e o poder público dos problemas sócio-ambientais com o intuito de se encontrar soluções e, neste caminho, consolidar processos de ensino, de pesquisa e de extensão de forma dialógica e com compromisso social.

As Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá

As Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá se situam no Estado de São Paulo.

A Terra Indígena Tenondé Porã tem uma extensão aproximada de 15.969 hectares e está situada no extremo sul do município de São Paulo, abrangendo partes dos municípios de Mongaguá, São Bernardo do Campo e São Vicente. Possui também trechos em sobreposição com duas unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, do município de São Paulo, e o Parque Estadual da Serra do Mar.

A Terra Indígena Tenondé Porã é habitada pelo povo Guarani Mbya, contendo, atualmente, 8 tekoe, que os não indígenas conhecem por “aldeias”. As duas mais populosas são a Tenondé Porã (também conhecida por “aldeia da Barragem”), e a Krukutu. As demais são as tekoe Guyrapaju, Kalipety, Yrexakã, Kuaray Rexakã, Tape Miri, e Tekoe Porã. Ao longo do território, junto às belezas das matas e rios, há diversas localidades que outrora já foram parte das aldeias, assim como antigas trilhas que até hoje são utilizadas para coleta de material para artesanato, plantas e ervas medicinais. (fonte: <https://tenondepora.org.br/sobre/>). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados do Censo 2022 indicavam cerca de 664 pessoas vivendo nesta terra indígena. (fonte: <https://cpisp.org.br/tenonde-pora/>).

A Terra Indígena Jaraguá está situada nas cidades de São Paulo e Osasco, composta pelas aldeias Pyau, Itakupe, Yvy Porã, Ita Endy, Ita Vera, Ytu, Pindo Miri;. Possui cerca de 532 hectares, recentemente reconhecidos por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 793, de 23 de outubro de 2024 e habitado pelos povos Tupi-Guarani (Ñandeva) e Guarani Mbya. De acordo com o IBGE, dados do Censo 2022 indicavam cerca de 666 pessoas vivendo nesta terra indígena. (fonte: <https://cpisp.org.br/jaragua/>).

O Ministério dos Povos Indígenas

O Ministério dos Povos Indígenas (MPI) é uma importante conquista do povo brasileiro, especialmente dos povos originários, permitindo consolidar as políticas públicas focadas na construção e garantia de direitos

dos povos indígenas.

O MPI foi criado em 2023, por meio do Decreto nº 11.355, de 1º janeiro de 2023, elevando a causa indígena como política de Estado, possibilitando o protagonismo político dos povos indígenas na formulação, condução e avaliação das políticas públicas endereçadas para a população indígena que compõem o Brasil.

De acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem cerca de 1,7 milhão de indígenas autodeclarados de 305 etnias, o que representa 0,83% do total de habitantes do país.

A parceria entre a UFSCar, o MPI, a comunidade indígena das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá e do mandato do Deputado Federal Ivan Valente evidencia um trabalho coletivo e colaborativo que coloca diversos atores da sociedade em diálogo e ação.

A busca da garantia do acesso à água para as pessoas das Terras Indígenas consegue unir universidade pública, poder público e sociedade e, nesta inter-relação, permite: a) que a UFSCar siga na sua missão de construção de conhecimento científico com compromisso social; b) colabora com o fortalecimento da atuação do MPI na articulação e interlocução com os povos indígenas como protagonistas nas políticas públicas; c) canaliza recursos públicos para execução de políticas públicas, por meio do financiamento público, advindo da emenda parlamentar destinada pelo mandato do Deputado Federal Ivan Valente.

METODOLOGIA

A metodologia do projeto parte da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), onde enfatizamos, a priori - mas podendo haver ajustes a partir da escuta mais aprofundada das comunidades, os seguintes eixos e subtópicos:

I - Eixo 1 - proteção territorial e dos recursos naturais:

- a) promover ações de proteção e recuperação das nascentes, cursos d'água e mananciais essenciais aos povos indígenas;
- b) apoiar o monitoramento das transformações nos ecossistemas das terras indígenas e a adoção de medidas de recuperação ambiental;
- c) promover o etnozoneamento de terras indígenas como instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental, com participação dos povos indígenas.

II - Eixo 2 - governança e participação indígena:

- a) promover a participação de homens e de mulheres indígenas na governança, nos processos de tomada de decisão e na implementação da PNGATI;
- b) promover a participação dos povos indígenas e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) nos processos de zoneamento ecológico-econômico que afetem diretamente as terras indígenas;
- c) promover o monitoramento da qualidade da água das terras indígenas, assegurada a participação dos povos indígenas e o seu acesso a informações a respeito dos resultados do monitoramento;
- d) apoiar a participação indígena nos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas e promover a criação de novos comitês em regiões hidrográficas essenciais aos povos indígenas;

III - Eixo 3 - prevenção e recuperação de danos ambientais:

- a) promover ações com vistas a colaborar com a recuperação e restauração de áreas degradadas nas terras indígenas;
- b) promover ações de prevenção e controle de desastres, danos, catástrofes e emergências ambientais nas terras indígenas e entornos;
- c) promover ações de prevenção e controle da contaminação por poluição e resíduos sólidos e de outras formas de degradação de recursos naturais das terras indígenas;
- d) identificar as espécies nativas de importância sociocultural em terras indígenas e priorizar seu uso em sistemas agroflorestais e na recuperação de paisagens em áreas degradadas;
- e) promover a recuperação e conservação da agrobiodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, com vistas a valorizar e resgatar as sementes e cultivos tradicionais de cada povo indígena;
- f) promover ações para a recuperação de áreas degradadas e a restauração das condições ambientais das terras indígenas, em especial as de prevenção e combate à desertificação;
- g) promover a regularização ambiental de atividades e empreendimentos instalados no interior de terras indígenas, incentivando a adoção de medidas compensatórias e mitigatórias;

IV - Eixo 4 - uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas:

- a) garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em terras indígenas;
- b) fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis;
- c) promover e apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais usados na cultura indígena, inclusive no artesanato para fins comerciais;
- d) apoiar a substituição de atividades produtivas não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis;
- e) apoiar estudos de impacto socioambiental de atividades econômicas e produtivas não tradicionais de iniciativa das comunidades indígenas;
- f) desestimular o uso de agrotóxicos em terras indígenas e monitorar o cumprimento da Lei no 11.460, de 21 de março de 2007, que veda o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas;
- g) apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades;
- h) promover a sustentabilidade ambiental das iniciativas indígenas de criação de animais de médio e grande porte;
- i) promover a regulamentação da certificação dos produtos provenientes dos povos e comunidades indígenas, com identificação da procedência étnica e territorial e da condição de produto orgânico, em conformidade com a legislação ambiental;
- j) promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas;

V - Eixo 5 - propriedade intelectual e patrimônio genético:

- a) apoiar e valorizar as iniciativas indígenas de desenvolvimento de pesquisa, criação e produção etnociência e tecnológica, para possibilitar inovação e fortalecimento de base econômica, social e ambiental;
- b) Promover maior conscientização das comunidades indígenas sobre direitos de propriedade intelectual e salvaguarda de seus conhecimentos tradicionais, com base em marcos legais nacionais e internacionais;
- c) Garantir que o conjunto de direitos legais que protegem as criações indígenas sejam respeitados em todas as etapas do projeto.
- d) Identificar e documentar, com protocolos de preservação da informação, os conhecimentos indígena relacionados ao uso de recursos genéticos, respeitando os protocolos culturais e éticos da comunidade.
- e) Adotar orientações da Ciência Cidadã de modo que os próprios membros da comunidade participem ativamente no mapeamento, registro e proteção de seus saberes, caso seja de seu interesse.
- f) Envolver a comunidade na construção de indicadores sociais, para avaliar os resultados da repartição de benefícios decorrentes da comercialização de bens e produtos.
- g) Promover o reconhecimento de autorias coletivas e não convencionais, assegurando que comunidades e grupos tradicionais tenham seus direitos respeitados e protegidos.
- h) Refletir coletivamente sobre os benefícios e os riscos envolvidos no registro de marcas e patentes de produtos inovadores e originários.
- i) Valorizar a indicação geográfica, como um diferencial a ser agregado a produtos e serviços desenvolvidos pelas comunidades indígenas.

VI - Eixo 6 - capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental:

- a) promover a formação de quadros técnicos, estruturar e fortalecer os órgãos públicos e parceiros executores da PNGATI;
- b) qualificar, capacitar e prover a formação continuada das comunidades e organizações indígenas sobre a PNGATI;
- c) fortalecer e capacitar as comunidades e organizações indígenas para participarem na governança da PNGATI;
- d) promover ações de educação ambiental e indigenista no entorno das terras indígenas;
- e) promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada;
- f) capacitar, equipar e conscientizar os povos indígenas para a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais;
- g) promover e estimular intercâmbios nacionais e internacionais entre povos indígenas para a troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental, proteção da agrobiodiversidade e outros temas pertinentes à PNGATI.

Para a aplicação do objetivo geral, é fundamental que haja a observância dessas linhas de atuação, com a priorização do acesso emergencial à água, mas, também, com ações estruturantes que garantam a mitigação da vulnerabilidade ambiental, hídrica, social, alimentar e cultural com ações em conjunto. O projeto será realizado de forma coletiva, colaborativa e dialógica entre os atores envolvidos.

Em termos do método de trabalho, o projeto se pautará nos seguintes passos:

Reuniões entre os atores envolvidos;

Conhecimento dos territórios junto com as comunidades indígenas;

Elaboração de estudos técnicos para se desenvolver soluções de acesso a água junto às comunidades das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá;

Elaboração de estudos de viabilidade, em conjunto com as comunidades dos tópicos da PNGATI acima apontados com especial atenção em ações nas seguintes áreas: restauração de mananciais através do plantio de espécies nativas de Mata Atlântica, tais como o ingá e a sangra d'água; plantio para segurança alimentar, consorciando espécies nativas frutíferas de Mata Atlântica (tais como jabuticaba, pitanga e jussara) com espécies agrícolas úteis para alimentação (tais como milho, mandioca e banana); resgate de sementes crioulas, medicinais e nativas; sistemas agroflorestais indígenas; turismo étnico e ecológico de base comunitária; produção e comercialização de artesanatos e biojoias; finanças solidárias; bioconstrução com base nos conhecimentos tradicionais; esportes indígenas; ações culturais; formação e capacitação; promoção do acesso de jovens indígenas ao ensino superior e acesso aos estudantes indígenas da UFSCar aos conhecimentos e práticas de troca de saberes que possam ser replicados nas suas comunidades;

Levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas;

Elaboração de estudos de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal em áreas das Terras Indígenas.

As atividades relativas à execução do projeto serão registradas em vídeo e/ou fotografias e devidamente descritas em relatórios. Toda a documentação gerada ao longo do projeto, seja no âmbito de sua execução, divulgação ou popularização, será devidamente sistematizada, descrita e disponibilizada em um sistema de informação planejado para esse fim, respeitando os princípios de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas. Serão desenvolvidas estratégias específicas para a gestão dos dados de pesquisa, fundamentadas nos princípios da Ciência Aberta, da Ciência Cidadã e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo a segurança, a privacidade e a proteção das informações pessoais envolvidas.

A operacionalização da execução física e financeira se dará em conjunto com a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI-UFSCar), após parceria firmada entre a UFSCar e o MPI por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

O financiamento das atividades relativas à execução do projeto se dará com recursos de emenda parlamentar destinada pelo mandato do Deputado Federal Ivan Valente para o MPI.

RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados são:

O acesso à água junto às comunidades das Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá e a construção de autonomia a partir da capacitação para que as comunidades possam atuar de forma protagonista na busca e tratamento de água;

Que o acesso à água viabilize ações e estratégias colocadas em prática pelas comunidades indígenas no campo da restauração florestal para proteção de recursos hídricos e sociobiodiversidade, segurança e soberania alimentar, da geração de renda e do uso sustentável dos recursos naturais;

Estudos de viabilidade para: plantio para segurança alimentar; resgate de sementes crioulas, medicinais e nativas; sistemas agroflorestais indígenas; turismo étnico e ecológico de base comunitária; produção e comercialização de artesanatos e biojoias; finanças solidárias; bioconstrução com base nos conhecimentos tradicionais; esportes indígenas; ações culturais; promoção do acesso ao ensino superior, sendo os estudantes indígenas da UFSCar, os principais interlocutores no processo de troca de experiências em relação às práticas já desenvolvidas nas comunidades e as potencialidades de suporte científico para otimização de algumas práticas.

Levantamento fundiário de áreas vulneráveis no entorno das Terras Indígenas;

Estudos de viabilidade técnico-econômica para retirada de eucalipto e pinus e posterior restauração vegetal em áreas das Terras Indígenas.

Equipe de trabalho

Servidores			
Debora Cristina Rother		PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR (CCN)	
Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
ALIMENTA CIDADES: PILOTO DE AGRICULTURA PERIURBANA NAS COMUNAS DA TERRA NA GRANDE SÃO PAULO	2025	150 hs	0 hs
Tecnologia da restauração ecológica: tubetes como nicho de nutrientes para mudas	2024	20 hs	60 hs
Trilhas de observação de aves da Mata Atlântica em aldeia indígena, São Miguel Arcanjo, São Paulo	2023	30 hs	30 hs
	2024	30 hs	30 hs
Data Science na Lagoa do Sino: Estruturação do Conhecimento e Aplicações Tecnológicas	2023	0 hs	20 hs
	2024	0 hs	20 hs
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
Registro de memórias de lideranças indígenas: uma interlocução entre as aldeias do Sudoeste Paulista e comunidade UFSCAR	2024	20 hs	0 hs
	2025	20 hs	0 hs
A segurança e a soberania alimentar indígena: cosmologia, tecnologias sociais e permacultura	2023	30 hs	60 hs
	2024	30 hs	60 hs
Conhecendo e desmistificando a fauna local através de atividades lúdicas	2023	10 hs	0 hs
Rodrigo Vilela Rodrigues		Professor Ensino Superior (DEc-So)	
Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
MBA Economia & Negócios - EaD [2025]	2026	24 hs	0 hs
MBA Economia & Negócios - EaD [2024]	2023	12 hs	0 hs
XV SEMECO - UFSCar Sorocaba (10ª Semana da Economia)	2024	60 hs	0 hs
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
Formação de formadoras e formadores em Economia Solidária para estudantes, servidores docentes, servidores técnico administrativos da UFSCar/Sorocaba e profissionais interessados.	2024	24 hs	0 hs
ACIEPE - CINEOIKOS - Ditadura Militar, Economia e Sociedade	2024	60 hs	60 hs
Laboratório de estudos em Economia Aplicada (RTI-DEc-So)	2023	50 hs	0 hs
	2024	50 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
	2026	60 hs	0 hs
MBA Economia & Negócios - EaD [2023]	2023	24 hs	0 hs
MBA Economia & Negócios - EaD [2022]	2021	24 hs	0 hs
	2022	0 hs	24 hs
Thais Juliana Palomino		TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (CAAPE)	
Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão	2024	12 hs	0 hs

ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)		2025	60 hs	0 hs
Hyllo Lagana Fernandes		Professor Ensino Superior (DCHE-So)		
Atividades:		Ano	Previstas	Efetivas
Espaço de Aprendizagem Agroecológica Apetê Caapuã	2022	60 hs	0 hs	
	2023	60 hs	0 hs	
	2024	60 hs	0 hs	
3ª Evento Institucional do Programa Residência Pedagógica da UFSCar (edital 2022-2024)	2024	30 hs	30 hs	
GIBIO: um fanzine para a comunidade	2024	60 hs	0 hs	
[Graduação 10!] Fortalecimento dos Cursos de Graduação do CCHB	2024	96 hs	0 hs	
	2025	16 hs	0 hs	
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs	
	2025	60 hs	0 hs	
Gestão coletiva das áreas verdes do campus Sorocaba	2022	20 hs	0 hs	
	2023	80 hs	0 hs	
	2024	80 hs	0 hs	
Isabelle Cristina Oliveira Neves		Professor Ensino Superior (CCN)		
Atividades:		Ano	Previstas	Efetivas
VI SEMANA DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS DO CAMPUS LAGOA DO SINO - UFSCar (SEAlim-LS)	2024	60 hs	0 hs	
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs	
	2025	60 hs	0 hs	
ACIEPE - Educação financeira, marketing e comercialização com comunidades indígenas	2024	0 hs	20 hs	
Boas Práticas de Fabricação na agroindustrialização de alimentos de origem vegetal	2025	30 hs	0 hs	
Meninas nas Ciências: Projeto CASA (Centro de Apoio Social ao Adolescente)- Itapetininga	2024	10 hs	0 hs	
AgroPlus São Paulo & Paraná	—	—	—	
Beatriz Cruz Gonzalez		Professor Ensino Superior (CCN)		
Atividades:		Ano	Previstas	Efetivas
Sétima Semana da Engenharia Ambiental do Campus Lagoa do Sino - SEAmb	2024	10 hs	0 hs	
Infraestrutura Sanitária em Comunidades de Povos Originários, Tradicionais e de Agricultura Familiar: Técnicas Alternativas de Tratamento de Água e Esgoto	2023	60 hs	0 hs	
	2024	60 hs	0 hs	
	2025	60 hs	0 hs	
"Projeto BebeDouros: campus Lagoa do Sino (UFSCar)"	2024	30 hs	0 hs	
Soberania alimentar, culinária indígena, artesanatos e grafismo: apoio ao Turismo Vivencial para comunidades Indígenas	2024	40 hs	0 hs	
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs	
	2025	60 hs	0 hs	

Formando Agentes de Sustentabilidade: Projeto de Educação Ambiental UFSCar Lagoa do Sino - Prefeitura de Angatuba	2024	15 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
ACIEPE - Saneamento rural para comunidades em situação de vulnerabilidade	2024	60 hs	60 hs
Soluções Alternativas e de Baixo Custo para o Tratamento de Esgotos e Reúso da Água em Comunidades Rurais do sudoeste Paulista	2024	60 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
Formação da Rede Sociotécnica do Sudoeste Paulista: agentes, agências e combate à fome	—	—	—
Fazenda Escola Lagoa do Sino da UFSCar: Promovendo o desenvolvimento regional do sudoeste paulista por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.	—	—	—
ALIMENTA CIDADES: PILOTO DE AGRICULTURA PERIURBANA NAS COMUNAS DA TERRA NA GRANDE SÃO PAULO	2025	150 hs	0 hs

Djalma Ribeiro Junior

Coordenador - TÉCNICO DE LABORATORIO
ÁREA (ProACE)

Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
Programa Pluralizar: diversificando perspectivas, pluralizando conhecimentos (convênio UFSCar - Instituto Serrapilheira)	2022	100 hs	0 hs
	2023	100 hs	0 hs
	2024	100 hs	0 hs
	2025	100 hs	0 hs
	2026	100 hs	0 hs
	2027	100 hs	0 hs
	2028	100 hs	0 hs
Projeto de Extensão Curso Pré-Vestibular da UFSCar-São Carlos - oferta 2023	2023	100 hs	0 hs
“Formar sem pirar”: Inovação curricular em saúde mental na [Graduação 10!]	2024	50 hs	0 hs
	2025	50 hs	0 hs
POR UMA COMUNIDADE PLURAL E DIVERSA: PROMOÇÃO DE DIVERSIDADE, ÉTICA E SAÚDE MENTAL PARA A MITIGAÇÃO DA VIOLÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ NA UFSCar	2024	60 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	40 hs	0 hs
	2025	100 hs	0 hs

Thais Jordania Silva

Professor Ensino Superior (CCN)

Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
VI SEMANA DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS DO CAMPUS LAGOA DO SINO - UFSCar (SEAlim-LS)	2024	60 hs	0 hs
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
ACIEPE - Educação financeira, marketing e comercialização com comunidades indígenas	2024	0 hs	20 hs
Boas Práticas de Fabricação na agroindustrialização de alimentos de origem vegetal	2025	60 hs	0 hs
Meninas nas Ciências: Projeto CASA (Centro de Apoio Social ao Adolescente)- Itapetininga	2024	10 hs	0 hs
A palmeira juçara como ferramenta para o desenvolvimento sustentável no Alto Paranapanema	2023	10 hs	0 hs
	2024	10 hs	0 hs
	2025	10 hs	0 hs
	2026	10 hs	0 hs

AgroPlus São Paulo & Paraná		2024	50 hs	0 hs
		2025	50 hs	0 hs
Jorge Luis Rodrigues Pantoja Filho		Professor Ensino Superior (CCN)		
Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas	
ALIMENTA CIDADES: PILOTO DE AGRICULTURA PERIURBANA NAS COMUNAS DA TERRA NA GRANDE SÃO PAULO	2025	150 hs	0 hs	
Sétima Semana da Engenharia Ambiental do Campus Lagoa do Sino - SEAmb	2024	10 hs	0 hs	
Infraestrutura Sanitária em Comunidades de Povos Originários, Tradicionais e de Agricultura Familiar: Técnicas Alternativas de Tratamento de Água e Esgoto	2023	60 hs	0 hs	
	2024	60 hs	0 hs	
	2025	60 hs	0 hs	
Da certificação participativa à validação em uma experiência prática com associação de produtores de Angatuba e região	2023	60 hs	0 hs	
	2024	60 hs	0 hs	
	2025	60 hs	0 hs	
Centro de Modelagem Estatística em Ciências Ambientais (Ce-MECA) e time de Data Science da Lagoa do Sino	2022	0 hs	30 hs	
	2023	0 hs	30 hs	
	2024	0 hs	30 hs	
"Projeto BebeDouros: campus Lagoa do Sino (UFSCar)"	2024	30 hs	0 hs	
Data Science na Lagoa do Sino: Estruturação do Conhecimento e Aplicações Tecnológicas	2022	0 hs	20 hs	
	2023	0 hs	20 hs	
	2024	0 hs	20 hs	
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs	
	2025	80 hs	0 hs	
Formando Agentes de Sustentabilidade: Projeto de Educação Ambiental UFSCar Lagoa do Sino - Prefeitura de Angatuba	2024	15 hs	0 hs	
	2025	60 hs	0 hs	
Soluções Alternativas e de Baixo Custo para o Tratamento de Esgotos e Reúso da Água em Comunidades Rurais do sudoeste Paulista	2024	60 hs	0 hs	
	2025	60 hs	0 hs	
ACIEPE - Infraestrutura sanitária e dignidade para comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental.	2023	30 hs	30 hs	
	2024	30 hs	30 hs	
AgroPlus São Paulo & Paraná	2024	50 hs	0 hs	
	2025	50 hs	0 hs	
ACIEPE - Saneamento rural para comunidades em situação de vulnerabilidade	2024	30 hs	30 hs	
Fazenda Escola Lagoa do Sino da UFSCar: Promovendo o desenvolvimento regional do sudoeste paulista por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.	—	—	—	
Luciana de Souza Gracioso	Professor Ensino Superior (DCI)			
Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas	
ACIEPE - Mulheres na Ciência e Tecnologia: questões históricas e contemporâneas	2023	40 hs	40 hs	
	2024	40 hs	40 hs	
MBA em Informação, Tecnologia e Inovação para Negócios	—	—	—	
TeAres: Trançando Saberes e Fazeres tradicionais na Universidade	2024	4 hs	0 hs	
Jornada de Inovação ITI UFSCar	2024	6 hs	6 hs	
SOMOS CULTURA: MAPEAMENTO DE CULTURA NA UFSCAR	2021	4 hs	0 hs	
Memória e História: Blanca Gonzalez	2024	20 hs	0 hs	
MBA em Informação, Tecnologia e Inovação para Negócios (Turma 8)	2024	2 hs	0 hs	
	2025	20 hs	0 hs	
	2026	20 hs	0 hs	

ACIEPE - Educação financeira, marketing e comercialização com comunidades indígenas: trocas de saberes.	2023	40 hs	40 hs
	2024	20 hs	20 hs
ACIEPE - Empreendedorismo e Startups	2023	20 hs	10 hs
	2024	10 hs	10 hs
Inova Interior de SP - Powered by Inovativa	2024	2 hs	0 hs
Oficina Coletiva de Marketing digital para empreendedorismo social indígena	2024	30 hs	30 hs
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Inovação em Unidades de Informação	2023	20 hs	30 hs
	2024	0 hs	30 hs
	2025	0 hs	10 hs
	2026	0 hs	10 hs
	2027	0 hs	10 hs
MBA em Informação, Tecnologia e Inovação para Negócios (Turma 7)	2023	2 hs	0 hs
	2024	2 hs	0 hs
	2025	35 hs	0 hs
	2026	1 hs	0 hs

Márcio Rogério Silva

Professor Ensino Superior (CCN)

Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
Trilhas de observação de aves da Mata Atlântica em aldeia indígena, São Miguel Arcanjo, São Paulo	2023	15 hs	15 hs
	2024	10 hs	10 hs
ACIEPE - Universidade e Comunidade Local: um diálogo sobre a produção científica e troca de saberes	2024	60 hs	10 hs
Data Science na Lagoa do Sino: Estruturação do Conhecimento e Aplicações Tecnológicas	2022	0 hs	20 hs
	2023	0 hs	20 hs
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	40 hs	0 hs
	2025	100 hs	0 hs
Registro de memórias de lideranças indígenas: uma interlocução entre as aldeias do Sudoeste Paulista e comunidade UFSCAR	2024	40 hs	0 hs
	2025	40 hs	0 hs
A segurança e a soberania alimentar indígena: cosmologia, tecnologias sociais e permacultura	2023	100 hs	100 hs
	2024	100 hs	100 hs
ACIEPE - Educação financeira, marketing e comercialização com comunidades indígenas	2024	60 hs	60 hs
Grupo Faz de Conto Lagoa do Sino	2024	20 hs	0 hs
ALIMENTA CIDADES: PILOTO DE AGRICULTURA PERIURBANA NAS COMUNAS DA TERRA NA GRANDE SÃO PAULO	2025	150 hs	0 hs
ACIEPE - Impacto das finanças na economia, produção e vida cotidiana	2023	40 hs	0 hs
	2024	20 hs	0 hs
Da certificação participativa à validação em uma experiência prática com associação de produtores de Angatuba e região	2023	100 hs	0 hs
	2024	100 hs	0 hs
	2025	100 hs	0 hs
IV Semana Indígena UFSCar Lagoa do Sino	2024	30 hs	0 hs
Assistência Técnica em Extensão Rural no âmbito do Programa Mais Gestão	—	—	—
ACIEPE - Universidade e Comunidade Local: um diálogo sobre a produção científica e troca de saberes	2023	40 hs	40 hs
	2024	20 hs	20 hs

Infraestrutura Sanitária em Comunidades de Povos Originários, Tradicionais e de Agricultura Familiar: Técnicas Alternativas de Tratamento de Água e Esgoto	2023	60 hs	0 hs
	2024	60 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
Soberania alimentar, culinária indígena, artesanatos e grafismo: apoio ao Turismo Vivencial para comunidades Indígenas	2024	40 hs	0 hs
ACIEPE - Educação financeira, marketing e comercialização com comunidades indígenas: trocas de saberes.	2023	40 hs	40 hs
	2024	20 hs	20 hs
[Graduação 10!] Projeto Lagoa do Sino Além das Porteiras	2024	60 hs	40 hs
	2025	10 hs	40 hs
A palmeira juçara como ferramenta para o desenvolvimento sustentável no Alto Paranapanema	2023	10 hs	0 hs
	2024	10 hs	0 hs
	2025	10 hs	0 hs
	2026	10 hs	0 hs
Fazenda Escola Lagoa do Sino da UFSCar: Promovendo o desenvolvimento regional do sudoeste paulista por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.	—	—	—
Bancos sociais: a construção social da ideia das finanças solidárias e fundos rotativos em assentamentos, comunidades tradicionais, indígenas e agricultura familiar	2024	40 hs	0 hs
VII semana de administração	2023	60 hs	60 hs
	2024	60 hs	60 hs
Laboratório de Talentos: dialogicidade, cultura e ciências rompendo as desigualdades de gênero	2023	30 hs	0 hs
	2024	30 hs	0 hs
TeAres: Trançando Saberes e Fazeres tradicionais na Universidade	2024	4 hs	0 hs

Renata Sebastiani

Professor Ensino Superior (DCNME-Ar)

Atividades:	Ano	Previstas	Efetivas
Rodada de workshops para consulta pública sobre o plano municipal de mata atlântica e cerrado do município de Araras (SP)	2024	30 hs	0 hs
[Graduação 10!] - Entendendo os ODSs para a construção de Cidades Inteligentes Sustentáveis: o caso do município de Araras	—	—	—
Resgate da dignidade humana e pertencimento: projeto piloto de gestão ambiental e territorial e bem viver nas Terras Indígenas Jaraguá (São Paulo) e Tenondé Porã (São Bernardo do Campo) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	2024	12 hs	0 hs
	2025	60 hs	0 hs
Herbário do Centro de Ciências Agrárias - HARA	2024	30 hs	30 hs

Participante a definir

12 ALUNO(S) DE GRADUAÇÃO DA UFSCAR

Total: 24 participantes

Recursos ProEx

Orçamento

Alínea / Descrição	Solicitado	Concedido	Gasto
Diárias Pessoal Civil:			
—			

Material de Consumo:			
–			
Material Permanente:			
–			
OST Pessoa Física:			
–			
OST Pessoa Jurídica:			
–			
Passagens:			
–			
Total de recurso:			

Bolsas de Extensão												Ano da bolsa: 2024
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Solicitada												
Concedida												
Efetivadas												

Justificativa da solicitação ProEx de bolsas de extensão e descrição das atividades de cada um dos bolsistas (alunos de graduação) separadamente:

–

Justificativa da solicitação à ProEx de recursos financeiros:

–

Cronograma de desembolso mensal dos recursos solicitados:

–

Recursos externos

 Orçamento

Bolsas PIDICT

Participante	Tipo	Bolsa
Rodrigo Vilela Rodrigues	Professor Ensino Superior	–
Renata Sebastiani	Professor Ensino Superior	–
Isabelle Cristina Oliveira Neves	Professor Ensino Superior	–
Márcio Rogério Silva	Professor Ensino Superior	–
Jorge Luis Rodrigues Pantoja Filho	Professor Ensino Superior	–
Beatriz Cruz Gonzalez	Professor Ensino Superior	–
Thais Juliana Palomino	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	–
Hylio Lagana Fernandes	Professor Ensino Superior	–
	Coordenador - TÉCNICO	

Djalma Ribeiro Junior	DE LABORATORIO ÁREA	—
Thais Jordania Silva	Professor Ensino Superior	—
Debora Cristina Rother	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	—
Luciana de Souza Gracioso	Professor Ensino Superior	—
12 ALUNO(S) DE GRADUAÇÃO DA UFSCAR	Participante indefinido	—